

3ª OFICINA DE TRABALHO “GESTÃO DA POLÍTICA REGIONAL: ESPERIÊNCIAS BRASILEIRAS E EUROPEIAS”

E

IV ENCONTRO NACIONAL DE MESORREGIÕES

Foz do Iguaçu – PR, 16 a 18 de novembro de 2009-11-26

RELATÓRIO

Dia 16-11-2009 - manhã

Painel 01

Desafios de gestão regional – articulação vertical e horizontal

Sr. Ronald Hall

Direção de comunicação, relações com países terceiros, coordenação de regiões ultra-periféricas e serviço jurídico da União Europeia

Tema da fala: **A dimensão territorial**

Em sua fala o Sr. Ronald Hall enfatizou:

- A importância, para a União Europeia, da *coesão territorial*, utilizada em diversos níveis de gerenciamento e que goza de projetos específicos para implementação na união de países;
- Coesão territorial como um tema emergente que vem ganhando destaque também nos documentos do Banco Mundial como instrumento de promoção do crescimento e da prosperidade;
- A diferença entre o *conceito* de coesão territorial adotado pela União Europeia e pelo Banco Mundial: enquanto para o banco o conceito levaria à utilização de 3-Ds (altas densidades, distâncias curtas e menos divisões), para a União Europeia a coesão territorial é baseada em 3-Cs (coesão, conexão e cooperação). Assim, enquanto o conceito adotado pelo Banco Mundial incita à formação de aglomerações, com migrações rural-urbano (êxodo rural) e intensificação da urbanização, o conceito adotado pela União Europeia visa a criação de oportunidades dispersas no território, ou seja, onde as pessoas estão, sem incitar as aglomerações), tendo como parâmetro uma política regional policêntrica;
- A diferença entre o povoamento mais homogêneo dos da Europa em relação ao povoamento mais concentrado verificado nos no Brasil e nos Estados Unidos;
- Crítica ao processo de aglomeração, que tem como característica o congestionamento, o maior impacto antrópico e menor sustentabilidade;
- O conceito de *coesão territorial* da União Europeia tem como base os seguintes elementos: desenvolvimento sustentável, ênfase nas particularidades dos territórios

como oportunidades, ações de cooperação e formação de redes, promoção de serviços de interesse geral, promoção da integração entre diferentes políticas e ministérios e formas descentralizadas de governo.

- O grande desafio de governo é atuar conjuntamente sob uma agenda comum e de forma descentralizada;
- Exemplos de casos e planos Europeus e algumas perspectivas futuras.

Sr. Pedro Bandeira

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Tema da fala: **A política regional no Brasil**

O Sr. Pedro Bandeira abordou em sua fala a questão da política regional brasileira, destacando que:

- Nos últimos anos tem havido uma renovação na política regional brasileira, que se diferencia do passado, cujo marco principal foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que foi baseada em experiências italianas anteriores à segunda guerra. Este modelo se esgotou no final dos anos 90;
- A política regional brasileira necessita de meios mais adequados de financiamento, sendo este um de seus principais problemas;
- É necessário compreender que há uma diferença entre o caso brasileiro e o caso da União Européia e esta diferença não se restringe ao campo financeiro dedicado à política regional;
- No Brasil não há um problema de *coesão territorial* como aquele verificado dentro da União Européia, entre seus países membros, por isso há a necessidade de ajustar este conceito para o caso brasileiro;
- Critica o conceito de *coesão territorial* difundido pelo Banco Mundial, já que não considera os aspectos negativos das aglomerações;
- No passado as macrorregiões geográficas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) eram tomadas como referência para o planejamento regional, contudo, hoje elas se tornaram heterogêneas internamente e não servem mais como referência ao planejamento regional, o que coloca as mesorregiões geográficas como a divisão territorial mais adequada na atualidade;
- No processo de desenvolvimento regional é necessário que não existam insatisfações, o processo de coesão territorial deve trazer benefícios para todos e as desigualdades devem ser reduzidas;
- A articulação das bases é primordial para o desenvolvimento da política regional.

Sr. Jerzy Kwiecinski

Presidente do Centro Empresaria Europeu – Regional da Polônia

Tema da fala: **Os desafios do desenvolvimento regional**

A fala do Sr. Jerzy Kwiecinski contemplou principalmente os seguintes pontos:

- Apresentação da regional da União Européia e da Polônia, mostrando os principais dados, mecanismos, instituições e desafios;

- As principais vantagens da política regional são o crescimento econômico, a criação de empregos e o desenvolvimento da capacidade administrativa;
- A política regional da União Européia está baseada na solidariedade econômica entre os países membros;
- A Polônia é o principal beneficiário da política de coesão territorial da União Européia, sendo a infra-estrutura o setor que mais consome recursos, com ênfase em transporte e pesquisa e desenvolvimento;
- A maior parte dos projetos é gerenciado no nível local e os projetos não são obrigatoriamente grandes, mas existem projetos pequenos, como o auxílio a pequenas cozinhas;
- Os desafios da política regional polonesa são: as disparidades territoriais, infra-estrutura de transporte defasada e transporte público deficitário, falta de planejamento espacial, muitas pessoas ocupadas na agricultura, baixa taxa de emprego, baixo nível de inovação no setor de negócios;
- O crescimento econômico e a criação de postos de trabalho são reflexos diretos da política regional, mas o resultado mais importante é a melhoria da administração;
- A descentralização da governança pública auxilia na melhor alocação de fundos da política regional;
- A política regional deve ser baseada no potencial interno.

Dia 16-11-2009 - tarde

Painel 02

Relato das experiências de intercâmbio entre regiões brasileiras e européias

Sr. Marcos Miranda

Representante da mesorregião do Bico do Papagaio

Relato da visita à região de Vicenza, na Itália.

O Sr. Marcos Miranda fez uma apresentação relatando a experiência da comissão regional do Bico do Papagaio que visitou o cluster joalheiro da região de Vicenza, na Itália. Além disso ele também falou sobre as características da mesorregião do Bico do Papagaio.

Os projetos apoiados pelo governo da mesorregião do Bico do Papagaio são: apicultura, óleo de babaçu, bovinocultura leiteira, fruticultura, gemas e jóias, grãos e olericultura. Para o intercâmbio Brasil-União Européia o projeto selecionado foi “Gemas e jóias da mesorregião do Bico do Papagaio”.

Na visita à região italiana os principais objetivos foram: a) identificar inovadores de fabricação em ourivesaria que contribuam para a melhoria da qualidade na produção de gemas e jóias; b) realizar visita técnica a laboratórios e instituições de certificação em ourivesaria e lapidação de gemas, visando coletar subsídios para a instalação de laboratório com finalidade similar no Estado do Pará.

Com o intercâmbio a comissão teve os seguintes aprendizados: a) a criatividade e a inovação devem ser valorizados no processo criativo de gemas e jóias; b) é necessário haver um sistema de capacitação sistemático e contínuo para o setor; c) é

necessário fortalecer os elos da cadeia produtiva; d) é muito importante a parceria entre público e privado; e) também é de grande importância a integração entre o setor produtivo e o sistema de ensino e pesquisa.

Sr. Raphael Paiva

Representante da mesorregião da Chapada do Araripe

Relato da visita à *geoparks* em Portugal e na Espanha

O Sr. Raphael Paiva fez uma apresentação relatando a experiência da comissão regional da Chapada do Araripe que visitou *geoparks* em Portugal e na Espanha. Ele também fez uma apresentação sobre as características da mesorregião da Chapada do Araripe.

Os projetos apoiados pelo governo na mesorregião em questão são: apicultura, ovinocaprinocultura, artesanato, mineração (gipsita e calcário laminado) e Geopark Araripe. Par ao intercâmbio com a União Européia o projeto selecionado foi o Geopark Araripe e na Europa foram visitados o Geopark Naturtejo, em Portugal, e o Geopark Sobrarbe, na Espanha.

O objetivo da visita foi analisar a estrutura, organização e funcionamento dos *geoparks* europeus para tomar os exemplos positivos e utilizar na implantação do Geopark Araripe. A partir da visita, a comissão da mesorregião ligada ao projeto Geopark Araripe coloca como os próximos passos para a execução do projeto: planejamento estratégico, elaboração de um “selo Geopark Araripe” para as entidades e empresas colaboradoras, redefinir o modelo de gestão, inserção de outros setores produtivos no conjunto de “geoprodutos”, sensibilização de outros programas públicos atuantes na região e ampliar a área do parque para os estados de Pernambuco e Piauí.

Sr. Romário Oliveira

Representante da mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri

Relato da visita à cadeia produtiva da apicultura na região da de Emilia Romagna, Itália

A apresentação do Sr. Romário Oliveira compreendeu uma apresentação da mesorregião que representa e o relato do intercâmbio na União Européia, onde a comissão visitou a cadeia produtiva da apicultura na Itália.

Os projetos apoiados pelo governo na mesorregião do Jequitinhonha e Mucuri são apicultura, piscicultura, fruticultura, gemas, jóias e artefatos, móveis e madeira, mandioca e turismo. O projeto selecionado na região para o intercâmbio foi “Desenvolvimento da apicultura em Mucuri – BA e Turmalina – MG” e o objetivo da visita foi analisar a estrutura produtiva de mel Emilia Romagna, Itália.

O Sr. Romário Oliveira relatou que as principais impressões da comissão foram sobre: a importância da atividade apícola para a região visitada na Itália, a identificação entre os projetos da Itália e do Brasil e a estratégia de atuação a partir dos arranjos produtivos locais, verificada na região visitada. Do intercâmbio surgiu a proposta de participação da II Mostra Nacional e de cooperação entre o CRA e a Embrapa.

Sr. Agnaldo Moraes

Representante da mesorregião Águas Emendadas

Relato da visita a parques naturais regionais franceses

O relato do Sr. Agnaldo Moraes compreendeu, assim como os demais representantes das mesorregiões, uma apresentação da mesorregião Águas Emendadas e as atividades e constatações oriundas do intercâmbio com a União Européia, sobre a visita parques naturais regionais franceses.

Os projetos apoiados pelo governo na mesorregião Águas Emendadas são: confecções, fruticultura, leite e derivados, piscicultura, agroextrativismo e turismo. O projeto selecionado para o intercâmbio foi “Turismo Sustentável em Águas Emendadas”.

No intercâmbio o objetivo principal foi visitar a gestão territorial dos parques naturais regionais franceses para buscar formas de integrar os atores de Águas emendadas para promover o desenvolvimento socioeconômico da mesorregião por meio da valorização cultural e da conservação do meio natural com o turismo sustentável.

A principal impressão resultante da visita foi que a política dos parques naturais regionais franceses foca o uso sustentável, diferentemente do conceito dos parques nacionais brasileiros, que são criados estritamente para preservação ambiental.

O aprendizado foi a verificação de uma economia de meio ambiente dinâmica, articulada por meio da intersectorialidade com foco no turismo sustentável, na agricultura familiar, no resgate do patrimônio local cultural e ambiental.

Sr. Zeferino Perin

Representante da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

Relato da visita a produção vitivinícola na Itália e na Alemanha

O Sr. Zeferino Perin apresentou as características da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e a experiência de intercâmbio para conhecer a produção vitivinícola na Itália e na Alemanha.

Os projetos apoiados pelo governo na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul são: agroindústria, artesanato, fruticultura, jóias e gemas, pecuária leiteira, madeira e móveis, piscicultura, turismo e a vitivinicultura, que foi escolhida como projeto para o intercâmbio.

No intercâmbio foram visitadas regiões vitivinicultoras da Emilia Romagna, na Itália, e de Freiburg, na Alemanha. O objetivo das vistas foi identificar novas tecnologias e modelos organizacionais implantados pela União Européia.

Foram destacados pela equipe de intercâmbio os seguintes pontos:

- A estruturação da cadeia produtiva da vitivinicultura, com moderna tecnologia utilizada em todas as fases do processo produtivo: produção agrícola, transformação e comercialização;
- Modelos associativos, com destaque para o modelo cooperativista no desenvolvimento das cadeias produtivas;
- Possibilidade de cooperação na área científica e tecnológica;
- Longa experiência e tradição das políticas de coesão e dos programas transfronteiriços com espaços de convergência e cooperação internacional;

- Consciência e reconhecimento da coesão e da cooperação, não só como estratégias, mas como componentes do processo civilizatório, em oposição às políticas de resultam em conflitos de diferentes magnitudes;
- Articulação entre as idéias e políticas de coesão, desenvolvimento regional, cooperação transfronteiriça e intercâmbio internacional em universos mais abrangentes (por exemplo, Brasil e União Européia);
- Diversidade das realidades regionais, que resultaram em um universo multifacetado de experiências, dando mais conteúdo aos processos de intercâmbio;
- Horizontalização do intercâmbio regional, com destaque para as redes de cooperação entre as regiões e suas associações, em organizações regionais;
- Relevância atribuída aos programas transfronteiriços;
- Potência dos instrumentos para viabilização das políticas de coesão, das políticas sociais e transfronteiriças.
- Possibilidade de intercâmbio entre Brasil e União Européia, em um universo temático amplo, podendo-se destacar os seguintes temas e correlações:
 - Coesão União Européia X integração regional no Brasil;
 - Governança regional GAL União Européia X fóruns das mesorregiões no Brasil;
 - Democracia participativa;
 - Modelos associativos;
 - Sistemas locais de produção e inovação tecnológica.

Comentários

Após as apresentações das experiências de intercâmbio foram feitas considerações sobre o assunto pela **Sr^a. Márcia Damo**, secretária de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional, e pelo **Sr. Raphael Goulet**, chefe da Unidade de Comunicação e Informação do DGRegio, da União Européia. Foram ressaltados os aspectos positivos e de contribuição para o avanço no desenvolvimento regional que o intercâmbio propicia. Também foi ressaltado que, por seu sucesso, em 2010 as demais mesorregiões participarão de intercâmbios na União Européia.

Dia 17-11-2009 - manhã

**Painel 03
Cooperação transfronteiriça**

Sr. Moray Gilland

Membro do Comissário Europeu para a Política Regional

Tema da fala: **Cooperação transfronteiriça na União Européia**

A explanação do Sr. Moray Gilland sobre a cooperação transfronteiriça na União Européia sublinhou principalmente que:

- A cooperação transfronteiriça teve início na região na década de cinquenta;
- As áreas transfronteiriças da União Européia, principalmente aquelas que envolvem novos países membros, são caracterizadas principalmente como áreas periféricas, com falta de atenção por parte das cidades centrais, por serem pontos finais de linhas de transporte e comunicação – a síndrome dos 180° - fim das conexões de transporte, do gerenciamento ambiental, falta de investimento em saúde e educação;
- A política transfronteiriça é hoje uma prioridade para a União Européia e existem 52 programas em execução;
- A União Européia está na quarta geração de políticas transfronteiriças, as quais recebem 2,5% dos recursos de coesão territorial do bloco;
- A definição das áreas beneficiárias dos projetos é feita pela União Européia, que distribui os recursos de acordo com território e população;
- As políticas transfronteiriças são planejadas e executadas de forma totalmente conjunta entre as partes envolvidas, iniciando-se na detecção das potencialidades e fragilidades até o estabelecimento de prioridades;
- Para os programas transfronteiriços são elementos cruciais: a) o apoio institucional; b) apoio econômico, com incentivo inicial e encorajamento do setor empresarial; c) consideração de elementos como transporte, saúde, educação e cultura; d) atenção a elementos ambientais como secas, enchentes, poluição, que não conhecem limites político-administrativos.

Sr. Martin Guillermo

Secretário Geral da Associação Européia de Regiões Fronteiriças

Tema da fala: **A fronteira como lugar de encontro**

Em sua fala o Sr. Martin Guillermo apontou diversos temas conceituais, estruturais, institucionais e históricos sobre a cooperação transfronteiriça na União Européia e traçou algumas considerações sobre a importância do tema para a América Latina. Algumas das suas indicações são:

- A integração dos países europeus na formação da União Européia é essencial para a região, já que possui limitações quanto à matérias primas e energia;
- A cooperação transfronteiriça é uma tarefa européia e um objetivo político da união;
- Atualmente existem 200 estruturas de cooperação transfronteiriça na União Européia;
- A integração multinacional não garante o desenvolvimento territorial e a integração de áreas deficientes, por isso, há a necessidade de uma discriminação positiva, com a elaboração de projetos e programas de cooperação territorial para fortalecer a coesão econômica e social dentro dos territórios participantes;
- A cooperação transfronteiriça abre uma nova dimensão do desenvolvimento local, rompendo rigidezes nacionais e criando novas áreas que não se encaixam na lógica dos países;
- A cooperação transfronteiriça não constitui novos níveis administrativos e portanto não há competências exclusivas nessas estruturas; a cooperação não consiste em ceder soberania, mas sim em compartilhá-la;
- São três as etapas da cooperação transfronteiriça: a) informação: conhecimento e valorização mútua através da fronteira; b) consulta: a ser realizada antes de colocar em prática ações que podem impactar no outro lado da fronteira; c) harmonização:

de leis, regulamentos, procedimentos etc.; d) integração: dos territórios (espaço único);

- A cooperação transfronteiriça contribui para o objetivo comum da União Européia, de passar de uma aliança econômica para uma entidade política; ela fecha as brechas dos processos de integração;
- São valores agregados da cooperação transfronteiriça: a) mobilização de potencialidades endógenas; b) participação de agentes econômicos e sociais; c) abertura dos mercados de trabalho; d) desenvolvimentos adicionais e e) melhoria da infra-estrutura;
- Há uma grande relevância da cooperação transfronteiriça na América Latina, pois: a) são renovados os processos de integração regional; b) a economia não segue as os limites fronteiriços e c) promove a descentralização e a desconcentração administrativa, visto que há mais autonomia dos governos de níveis inferiores ao nacional.

Sr. Nelton Friedrich

Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional

Tema da fala: **A fronteira como lugar de encontro**

O Sr. Nelton Friedrich em sua fala apresentou as características da Hidrelétrica de Itaipu desde aspectos técnicos e históricos até os projetos desenvolvidos na atualidade, com destaque para o projeto Cultivando Água Boa. Também o Sr. Nelton falou sobre experiência de integração entre Paraguai e Brasil promovida pela construção da usina binacional e também o seu papel na integração da região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Alguns pontos principais em sua fala foram:

- Contextualização do Brasil no cenário mundial em relação a água;
- Histórico e características técnicas da Usina de Itaipu;
- Projeto Cultivando Água Boa, que compreende as atividades de promoção social, econômica e de conservação e recuperação ambiental promovidas pela empresa;
- No desenvolvimento regional a Itaipu Binacional atua nas seguintes áreas:
 - Institucional: por ser um empreendimento de grande porte com ampla visibilidade nacional e internacional;
 - Econômico-financeira: com uma intensa circulação econômica com os salários dos empregados e fornecimentos, royalties, ICMS de energia para Foz do Iguaçu, pregão eletrônico, pesca no lado e em tanques-rede, água para o agronegócio;
 - Infra-estrutura física: construção das vilas A, B e C em Foz do Iguaçu, estradas e pontes, Centro Náutico de Guairá, captação de água no lago de Itaipu pela Sanepar, hospital e escolas, Parque da Piracema e o Canal das Águas Bravas, complexo turístico, Pólo Astronômico, posto de controle da polícia marítima;
 - Social: criação de empregos diretos e indiretos na área trinacional, saúde na fronteira, combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, energia solidária na Vila C, programa Bolsa Escola Itaipu, Rede Cidadã Trinacional (alfabetização de adultos);
 - Ambiental: faixa de proteção ao reservatório (áreas protegidas e Corredor da Biodiversidade), refúgios biológicos, distribuição de mudas para plantio de

matas ciliares, Canal da Piracema e projetos Cultivando Água Boa, Jovem Jardineiro e Coleta Solidária;

- Educacional: construção de escolas e áreas de apoio, educação ambiental e toda a região, Ecomuseu, Centro de Saberes e Cuidados Ambientais da Bacia do Prata, apoio à UNIOESTE e ao Instituto Federal do Paraná, criação da UNILA;
- Turística: Centro de Recepção de Visitantes, navegação turística no lago, Ecomuseu, complexo turístico, Parque da Piracema, Canal de Águas Bravas, apoio a eventos e apoio na divulgação do destino turístico *Iguassu*;
- Tecnológicas e culturais: unidades geradoras adicionais, parque tecnológico ITAIPU – PTI (incubação de empresas, ciências empresariais, turismo, LASSE, CEASB, e Centro Internacional de Hidroinformática), veículo elétrico, atualização tecnológica da usina, hidrogênio, energias renováveis como biogás e outras e também disseminação de práticas e conhecimentos (ADEOP, PTI e UNILA).

Sr^a. Rebeca Steiman

Pesquisadora do Grupo RETIS - UFRJ

Tema da fala: **A conservação na fronteira: a fronteira da conservação**

Em sua fala a Sra. Rebeca Steiman explicou sobre a utilização da zona de fronteira como área prioritária para a criação de unidades de conservação ambiental como estratégia geopolítica. Neste contexto, a Sr. Rebeca Steiman fez as seguintes colocações:

- Os benefícios da criação de unidades de conservação nas zonas de fronteira é que decorrem deste fato a conservação da integridade dos ecossistemas fronteiriços, cooperação regional, promoção da paz (*peace parks*), projetos complementares de turismo, intercâmbio de melhores práticas, enfrentamento de problemas comuns;
- Para o processo de criação de unidades de conservação nas zonas de fronteira parte-se da premissa de que o limite político internacional funciona como uma barreira ecológica -> vulnerabilidade às mudanças climáticas, à degradação ambiental causada pela implementação de grandes projetos de integração e ao avanço, real ou potencial, de frentes de exploração de recursos;
- No cenário mundial esta prática tem sido crescente, de forma que as áreas protegidas em zonas de fronteira no mundo somam em 2007 quase cinco vezes a quantidade dessas unidades verificadas em 1988;
- As principais características dessas unidades de conservação ou áreas protegidas na zona de fronteira são: a) ênfase na conectividade e na magnitude das áreas protegidas; b) introdução de categorias mais flexíveis de manejo; c) mosaicos de áreas protegidas, terras indígenas e áreas afins; d) incorporação e legitimação de novos atores à gestão (atores sub-nacionais, públicos e privados) e e) liderança de organizações não-governamentais: atuação multi-escalar;
- A zona de fronteira internacional da Amazônia brasileira é atualmente um dos principais eixos de estruturação de corredores de conservação da biodiversidade do continente sul-americano. Conecta-se a outros eixos nacionais e transnacionais (Corredor Central da Amazônia, Corredor dos Ecótonos, Corredor Vilcabamba-Amboró);
- Tendência a formação de mosaicos de áreas justapostas;

- Influência do modelo internacional + interação entre atores transfronteiriços → convergência dos marcos regulatórios sobre as áreas protegidas dos países envolvidos;
- Prevalece a iniciativa dos governos nacionais (valor estratégico, questão fundiária) mas participação crescente dos governos estaduais (categorias mais flexíveis, articulação com atores diversos);
- Período 1996 – 2007: ritmo acelerado de consolidação de blocos transfronteiriços e de implantação de mecanismos locais de cooperação sob a liderança de organizações não-governamentais; inserção em iniciativas locais e regionais de conservação;
- As questões emergentes sobre o tema são: a) conservação da integridade dos ecossistemas; b) garantia de rotas migratórias e fluxo genético entre áreas protegidas; c) promoção da cooperação regional e transnacional; d) projeção e organização de atores e organizações locais e regionais; d) ampliação do controle sobre os efeitos das interações transfronteiriças; e) possibilidade de captação de recursos internacionais; f) resposta a uma agenda internacional; g) demonstração do escopo transnacional das questões ambientais / ameaças transnacionais e h) oportunidades de geração de renda; i) acirramento de conflitos quanto à soberania territorial e quanto ao uso e ao acesso aos recursos naturais; j) risco de contemplar ecossistemas redundantes ou menos representativos do ponto de vista da biodiversidade; l) percepção de ingerência externa; m) sobreposição de atores / dificuldades de coordenação; n) simetrias e assimetrias dos marcos regulatórios; o) competição com atores e organizações; p) conflitos de interesses privados e q) criminalização de estratégias de sobrevivência;
- Os desafios para a questão são: a) gradientes diversos de adaptação ao marco internacional (marco legal) e de abertura à participação de organizações internacionais na gestão das áreas protegidas e no financiamento dos sistemas nacionais, institucionalidade das autoridades competentes, magnitude e complexidade dos sistemas nacionais de áreas protegidas, grau de autonomia na estrutura governamental; b) sobreposição de atores, sustentabilidade, sobreposição entre Aps de categoria distintas e entre Aps e terras/territorialidades indígenas, quilombolas; c) “imobilização do território”, viabilidade econômica, geração de trabalho e renda d) sobreposição com terras / territorialidades indígenas e outras categorias de áreas protegidas.

Dia 17-11-2009 - tarde

Painel 04

Arranjo Produtivo Local (APL) como vetor do desenvolvimento regional

Sr. Ramón Lopez

Departamento Geral de Política Regional da União Européia

Tema da fala: **APL como vetor do desenvolvimento regional**

O Sr. Ramón Lopez teve como centro de sua fala a importância dos clusters produtivos para a promoção do desenvolvimento regional e sobre isso ele destacou:

- O conceito de cluster pode ser entendido como “áreas geograficamente delimitadas com concentração de atividades de negócio interdependentes com canais ativos para transações de negócios, diálogos e comunicação e que coletivamente compartilham oportunidades e riscos comuns;
- Os elementos que possibilitam êxito aos clusters: a) inovação: melhorias nos negócios e nos processos produtivos propostas pelos empregados; b) imitação e competência, com a difusão de novos conceitos e práticas; c) capacidade empresarial; d) redes extensas e seletivas; e) conexões e intermediários; f) mão-de-obra especializada e g) líderes, talentos e conhecimento.
- As barreiras para o desenvolvimento de clusters em regiões pouco desenvolvidas são: a) déficit em infra-estrutura física; b) falta de acesso a capital; c) estruturas institucionais com baixo nível tecnológico; d) isolamento, com falta de aprendizagem e melhorias; e) falta de habilidades e oportunidade em adquiri-las e f) dependência hierárquica de grandes empresas.
- Para promover o êxito dos *clusters* é necessário: a) análise e comparação dos sistemas regionais; b) comprometer empresários e instituições com o processo; c) organização e provisão de serviços; d) formação de mão-de-obra especializada; e) fomento da inovação e do espírito de empresa; f) marketing e g) financiamento.

Sr. Jerzy Kwiecinski

Presidente do Centro Empresaria Europeu – Regional da Polônia

Tema da fala: **Clusters como propulsores do desenvolvimento regional**

A fala do Sr. Jerzy Kwiecinski abordou os clusters como propulsores do desenvolvimento regional no caso polonês, colocando que:

- Os principais atores para o desenvolvimento de clusters são as firmas e outros entes privados, organizações comerciais como as câmaras de comércio, organizações de suporte aos negócios (por exemplo parques tecnológicos, parques industriais, incubadoras e centros de transferência de tecnologia), centros de pesquisa e desenvolvimento, universidades e autoridades locais e regionais;
- As características principais dos clusters são: a) o cluster deve ser um negócio orientado para ser sustentável; b) o coordenador de um cluster precisa ser uma organização de negócios (por exemplo, uma ONG) ou uma companhia; c) o cluster agrupa companhias que tradicionalmente competem entre si no mercado; d) um elemento chave para dar início a um cluster é convencer companhia adversárias a trabalharem em conjunto e e) o cluster precisa ser orientado a médio ou longo prazo;
- São fatores para o sucesso dos clusters: a) é necessário ter como condutor uma companhia ou grupo de companhias com reais interesses de negócio; b) todos os parceiros devem ter interesse no desenvolvimento do cluster; c) existência de uma estratégia de longo prazo e um plano de negócio viáveis; d) um coordenador experiente e eficiente (empresa privada); e) recursos para iniciar o processo e f) boa estrutura de comunicação e transporte.

Sr. Eduardo Kaplan Barbosa

BNDS – Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local

Tema da fala: **APL como vetor do desenvolvimento regional**

O Sr. Eduardo Kaplan Barbosa versou sobre os Arranjos Produtivos e Inovativos Locais e sobre este tema expôs, dentre outras coisas:

- Os Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL) constituem conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações, dentre os quais: a) produtores de bens e serviços finais, fornecedores de matérias-primas, equipamentos e outros insumos, distribuidores e comercializadores; b) organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; c) trabalhadores, associações, sindicatos e demais órgãos de representação; d) organizações de apoio, promoção, financiamento e regulação e e) consumidores;
- Os ASPIL implicam em uma nova forma de olhar, pensar e fazer política que abrange atores e atividades produtivas e inovativas;
- Os ASPIL constituem uma abordagem útil para potencializar as ações de políticas, reorientando-as para o território e para as interações entre conjuntos de agentes;
- A experiência brasileira em APLs tem mais de dez anos de significativo aprendizado coletivo e acúmulo de experiências que: a) possui importante processo de uso, experimentação, criação, aperfeiçoamento e disseminação de conhecimentos; b) com intensa interação entre pesquisadores, planejadores e implementadores de política, empreendedores e outros agentes; c) todos os atores envolvidos aprenderam muito com a prática, erros e acertos, e diversas vezes tiveram que inovar e d) possibilidades de avanços e de refinamento associadas;
- O BNDS atua no desenvolvimento regional de APLs para que haja: a) atenuação dos desequilíbrios inter e intrarregionais, intensificando a ação nas regiões e estados que vêm recebendo menor apoio – prioridade ao Norte e Nordeste; b) desconcentração dos investimentos dentro de cada estado, focando as áreas marginalizadas e c) mobilização de projetos de planejamento para o desenvolvimento integrado de longo prazo que envolvam o apoio a arranjos produtivos locais (APLs), infra-estrutura, logística, urbanização, saneamento, gestão pública, meio ambiente e outros.

Sr. Luiz Antonio Rolim de Moura

SEBRAE – Foz do Iguaçu – Coordenador do CDT AL

Tema da fala: **Integração produtiva transfronteiriça através do fomento ao diálogo e construção de alianças**

A fala do Sr. Luiz de Moura sobre integração produtiva transfronteiriça destacou principalmente que:

- O objetivo do projeto é gerar e ampliar a integração produtiva através da cooperação inter institucional entre organizações de apoio a Micro e Pequenas Empresas do Brasil, MERCOSUL e América Latina e tem como área prioritária principal a região da tríplice fronteira entre Brasil-Paraguai-Argentina;

- Participam do projeto instituições públicas e privadas envolvidas no apoio ao desenvolvimento de MPEs e APLs na faixa de fronteira do Brasil e ONGs, organizações governamentais e entidades dos países vizinhos;
- Os principais resultados pretendidos são: a) apoiar e coordenar projetos de cooperação transfronteiriça; b) capacitar empreendedores-chave envolvidos nos projetos de CDT em projetos empresariais de atuação transfronteiriça; c) gerar, desenvolver, adaptar, testar e transferir metodologias/soluções SEBRAE ou de terceiros para alcançar a *integração produtiva*; d) ter um estatuto de cooperação transfronteiriça para MPEs propostos para as instâncias decisórias do MERCOSUL e e) formar uma rede de sócios no MERCOSUL, promovendo a cooperação transfronteiriça e o diálogo público/privado para melhorar o ambiente institucional das MPEs.
- Fazem parte da estratégia geral os seguintes passos: a) articulação e avaliação estratégica do cenário onde se pretende atuar; b) identificação de parceiros estratégicos e propostas; c) sistematização de propostas e projetos; d) articulação e negociação da *agenda positiva* de interesses e possibilidades e e) formalização, capacitação e execução na forma GEOR.

Sr. Marcelo Moreira

Diretor da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional

Tema da fala: **Programas Regionais do Governo brasileiro**

O Sr. Marcelo Moreira apresentou os programas regionais brasileiros do PPA 2008/2011, enfatizando suas características, delimitando as áreas prioritárias e dando alguns exemplos executados, sendo alguns dos pontos explanados os seguintes:

- Os eixos estruturantes em escala sub-regional para o fortalecimento da diversidade regional são a) o fortalecimento da base social local, através da organização social, políticas sociais e infra-estrutura social e b) dinamização econômica por meio de arranjos, setores e cadeias produtivas, infra-estrutura econômica e sustentabilidade ambiental;
- Os programas regionais do PPA 2008-2011 são a) PROMESO - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais; b) CONVIVER - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido e c) PDFFF - Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira;
- As ações desses programas são principalmente: a) estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais; b) apoio à geração de empreendimentos produtivos; c) organização social e do associativismo; d) formação de agentes do desenvolvimento integrado e sustentável e e) apoio a implantação da infra-estrutura social e produtiva;
- Os princípios e objetivos dos Programas Regionais do PPA 2008-2011 são: a) promover o aproveitamento das potencialidades endógenas; b) ser participativos e transformadores; c) respeitar as identidades regionais; d) traduzir a visão sistêmica dos atores; e) estimular a cultura empreendedora; f) implementar e consolidar a cultura do planejamento e o ciclo da gestão e g) favorecer a governança democrática.
- Os projetos de arranjos produtivos locais apoiados são 145, sendo 81 nas mesorregiões, 48 no semi-árido e 16 na faixa de fronteira;
- Os projetos apoiados no período 2003-2008 somam R\$ 350.278.684,75.